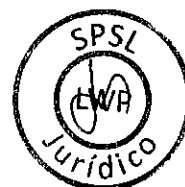




8



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

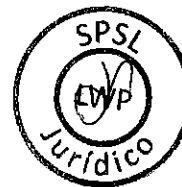
**SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 11º andar, Conjunto C, Jardim Paulistano, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 18.580.161/0001-67, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures desta emissão ("Debenturistas"),

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real a ser convolada em espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sistema Produtor São Lourenço S.A." ("Escritura de Emissão"), conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO**



Esta escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e a Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira (conforme abaixo definido) são celebradas de acordo com a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 03 de abril de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A outorga da Alienação Fiduciária das Ações da Emissora e a celebração do Contrato de Suporte, nos termos da Cláusula 4.8 abaixo, serão aprovadas pelos diretores da Construtora Andrade Gutierrez S.A. ("AG" e "Aprovação da AG", respectivamente) e pela Reunião do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Camargo Corrêa" e "RCA da Camargo Corrêa" respectivamente, e, em conjunto com a Aprovação da AG "Aprovação das Acionistas", respectivamente).

## CLÁUSULA 2 - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

### 2.1 Arquivamento e Publicação da Ata de AGE e Aprovação das Acionistas

A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", nos termos da legislação aplicável.

A ata da RCA da Camargo Corrêa será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Valor Econômico", nos termos da legislação aplicável.

### 2.2 Constituição das Garantias

2.2.1 Observado o prazo previsto na Cláusula 4.8.1.1 abaixo, a Alienação Fiduciária de Ações, deverá ser devidamente constituída mediante a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definido na Cláusula 4.8.1, "a" abaixo, o registro de tal



Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no cartório de registro de títulos e documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e, uma vez devidamente arquivado nos respectivos cartórios, deverá ser enviado pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, após o último arquivamento, respeitado o prazo da Cláusula 4.8.1.1 abaixo, bem como cópia do livro de registro de ações da Emissora, contendo a lavratura da referida alienação fiduciária de Ações.

2.2.2 Observado o prazo previsto na Cláusula 4.8.1.1 abaixo, a Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, deverá ser devidamente constituída mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, conforme definido na Cláusula 4.8.1, "b" abaixo, e o registro de tal contrato no cartório de registro de títulos e documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e, uma vez devidamente arquivado nos respectivos cartórios, deverá ser enviado pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, após o último arquivamento, respeitado o prazo da Cláusula 4.8.1.1 abaixo.

2.2.3 Observado o prazo previsto na Cláusula 4.8.1.2 abaixo, A Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira, deverá ser devidamente constituída mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira, conforme definido na Cláusula 4.8.1, "c" abaixo, e o registro de tal contrato no cartório de registro de títulos e documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e, uma vez devidamente arquivado nos respectivos cartórios, deverá ser enviado pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, após o último arquivamento, respeitado o prazo da Cláusula 4.8.1.2 abaixo.

### **2.3 Registro do Contrato de Suporte**

O Contrato de Suporte, conforme definido na Cláusula 4.8.4 abaixo, será registrado no cartório de registro de títulos e documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e será arquivado junto à sede da Emissora e, uma vez devidamente arquivado nos respectivos cartórios, deverá ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário, após o último arquivamento.



## 2.4 Arquivamento da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.5 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.5.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.5.2 A Oferta será registrada pelo Coordenador Líder na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, até a data do encerramento da Oferta Restrita, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

## 2.6 Registro para Distribuição e Negociação

2.6.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.6.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 respectivamente, da Instrução CVM 476, observando ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1 Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do Sistema de Desidratação, Secagem e Disposição final do Lodo do Sistema Produtor São Lourenço ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e sistemas deste Empreendimento, bem como, a execução das obras pertinentes ao Empreendimento, em conformidade com as disposições do contrato de concessão firmado entre o Poder Concedente, conforme definido abaixo, e a Emissora, em virtude do Edital de Concorrência Internacional SABESP CSS n.º 16.402/2012 – Parceria Público-Privada, por meio de concessão administrativa ("Edital de Concessão").

#### **3.2 Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da distribuição das Debêntures serão destinados ao financiamento dos investimentos para a construção e exploração da Concessão Administrativa, conforme Contrato nº 16.402/2012 ("Contrato de Concessão"), celebrado entre a Emissora e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp ("SABESP" ou "Poder Concedente"), em 21 de agosto de 2013.

#### **3.3 Número da Emissão**

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.4 Número de Séries**



A Emissão será realizada em série única.

### 3.5 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$530.000.000,00 (quinhentos e trinta milhões de Reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.6 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 53.000 (cinquenta e três mil) Debêntures.

### 3.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e o escriturador mandatário da Emissão é o Banco Bradesco, S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus" s/nº., Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e o "Escriturador Mandatário", conforme aplicável), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

### 3.8 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, conforme definido abaixo, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 Características Básicas



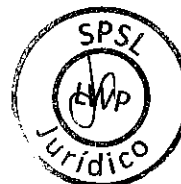
4.1.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Colocação.

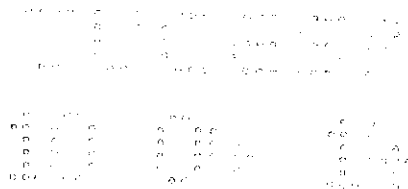
4.1.2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação e Colocação com Esforços Restritos da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real a ser convolada em Espécie Quirografária, da Sistema Produtor São Lourenço S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).







4.1.2.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas nas Cláusulas 4.8.1 e 4.8.4 abaixo.

4.1.2.5 Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional ou qualquer outro dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.1.2.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

4.1.2.7 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.2.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.3 Forma. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular.

4.1.5 Espécie. As Debêntures são da espécie com garantia real a serem convoladas em espécie quirográfica, conforme disposto nesta Escritura de Emissão.



4.1.6 Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 08 de abril de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 08 de abril de 2015 ("Data de Vencimento"), exceto nos casos de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, conforme disposto nesta Escritura de Emissão.

#### 4.2 Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures

4.2.1 Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.2.2 Forma e Prazo de Subscrição e Integralização. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

#### 4.3 Remuneração das Debêntures

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1 Atualização Monetária. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização Monetária") a partir da Data de Emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente), cuja data de aniversário será todo dia 08 (oito) de cada mês ("Data de Aniversário"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:



$$C = \prod_{k=1}^n \left( \frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup_k}{dut_k}}$$

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$VNa$  = - Valor Nominal Unitário atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = Fator resultante do produtório das TR's utilizadas, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left( \frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup_k}{dut_k}}$$

Onde:

$n$  = Número total de TR's consideradas entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo  $n$  um número inteiro;

$TR_k$  = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgadas pelo BACEN entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização;

$Dup_k$  = Número de dias úteis compreendidos entre a data da  $TR_k$  utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de dias úteis total de vigência da  $TR_k$ , sendo  $dup_k$  um número inteiro;

$Dut_k$  = Número total de dias úteis para o período de vigência da  $TR_k$  utilizada, sendo  $dut_k$  um número inteiro.

4.3.1.1 Fica acordado que o Valor Nominal Unitário será atualizado entre a Data de Emissão e a primeira data de aniversário, qual seja, 08 de maio de 2014, pela TR divulgada

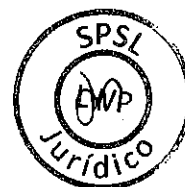


no dia 08 de abril de 2014, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à data de aniversário.

4.3.1.2 Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas nesta cláusula, a Emissora deverá obrigatoriamente realizar o resgate da totalidade das Debêntures mediante os procedimentos constantes na cláusula 4.10 abaixo, na data em que for constatada tal impossibilidade.

4.3.1.3 Em havendo a adoção de índice substitutivo à TR, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário será atualizado (i) nos termos da Cláusula 4.3.1, pela Atualização Monetária, desde a Data de Emissão até a data de adoção de novo índice substitutivo, exclusive, e (ii) pelo índice substitutivo, a partir da data de adoção de novo índice substitutivo, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro,. A Emissora e os Debenturistas declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

4.3.2 Juros Remuneratórios. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a à taxa equivalente a 11,0% (onze inteiros por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos ("Spread"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração"). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:



$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J = valor da Remuneração das Debêntures acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado de cada Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme definido acima;*

*Fator de Juros = Fator de juros fixos (ou spread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:*

$$Fator de Juros = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dcp}{360}} \right]$$

onde:

*i = 11,0000 (onze); e*

*dcp = Número de dias corridos entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de cálculo.*

4.3.2.1 O Spread será majorado sempre que houver elevação na taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), que eleve a referida taxa de juros (cupom de remuneração) a patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação da taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). A majoração do *Spread* ocorrerá mediante a comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP (“Comunicado de Alteração de Spread”). Havendo a majoração do *Spread*, fica desde já



certo e ajustado que o a remuneração das Debêntures será calculada da seguinte forma: (i) nos termos da Cláusula 4.3.2, pelo Spread, desde a Data de Emissão até o 3º (terceiro) Dia Útil contado da data do recebimento do Comunicado de Alteração de *Spread* pela CETIP e pela Emissora, exclusive (“Data de Alteração de *Spread*”), e (ii) pelo novo *spread*, a partir da Data de Alteração de *Spread*, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A majoração do Spread aqui prevista não importa em novação.

4.3.2.2 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão até a Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

4.3.2.3 Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures.

#### **4.4 Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado**

4.4.1 O Valor Nominal Unitário Atualizado de cada uma das Debêntures será amortizado na Data de Vencimento ou a data em que ocorrer (i) o vencimento antecipado das Debêntures ou (ii) o Resgate Antecipado Obrigatório ou (iii) o Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro (“Data de Amortização”).

#### **4.5 Pagamento da Remuneração das Debêntures**

4.5.1 A Remuneração das Debêntures será paga em uma única parcela na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer (i) o vencimento antecipado das Debêntures ou (ii) o Resgate Antecipado Obrigatório ou (iii) o Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

#### **4.6 Condições de Pagamento**



4.6.1 Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas estabelecidas para seus vencimentos, conforme o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5 acima, por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.

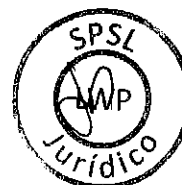
4.6.2 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos ocorram através da CETIP onde só serão prorrogados quando coincidirem com Sábado, Domingo e feriados declarados nacionais.

4.6.3 Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês *pro rata temporis* sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.6.4 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### 4.7 Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações,



quais sejam Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na internet (www.spsl.eco.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, no jornal anteriormente utilizado, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### **4.8 Garantias e Suporte de Acionistas**

4.8.1 Em garantia do total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive multas, verbas indenizatórias, penalidades, honorários arbitrados em juízo, comissões, bem como remunerações do Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas mediante os procedimentos descritos nas Cláusulas 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 acima, as garantias reais listadas abaixo ("Garantias"):

(a) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações representativas da totalidade do capital social da Emissora de titularidade das Acionistas, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às Acionistas, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos a

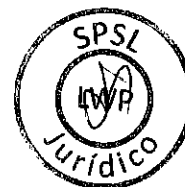




serem estabelecidos no “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Sistema Produtor São Lourenço S.A.”, a ser celebrado entre a AG, a Camargo Corrêa e o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente); e

(b) cessão fiduciária de (i) todos os recursos depositados ou a serem depositados em conta corrente vinculada, de titularidade da Emissora (“Conta Vinculada”); (ii) todos os direitos emergentes presentes ou futuros decorrentes do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando a, eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente na Conta Vinculada em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto com relação (x) àqueles necessários para o pagamento dos custos mensais para a operacionalização e continuidade do Projeto nos termos do Contrato de Concessão e do artigo 28 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterado, aplicado subsidiariamente, nos termos do artigo 3º da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“O&M”) e (y) aos direitos creditórios relativos ao pagamento da contraprestação devida pelo Poder Concedente à Emissora, nos termos do Capítulo V do Contrato de Concessão, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada, nos termos a serem estabelecidos no “Contrato de Administração de Contas, Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Emissora (“Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes”); e

(c) cessão fiduciária de todos os recursos depositados ou a serem depositados em conta corrente reserva, de titularidade da Emissora (“Conta Reserva”), destinada exclusivamente a receber a totalidade dos valores da Emissão, sendo respeitado um saldo mínimo no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), a contar da data de subscrição e integralização das Debêntures até o dia 24 de junho de 2014, nos termos a serem estabelecidos no “Contrato de Administração de Contas, Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Emissora (“Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira”, respectivamente, e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os “Contratos de Garantia”).



4.8.1.1 Observados os procedimentos descritos nas Cláusulas 2.2.1 e 2.2.2 acima, as Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1, deverão ser constituídas em até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da presente Escritura de Emissão.

4.8.1.2 Observados os procedimentos descritos na Cláusula 2.2.3 acima, a Garantia descrita na alínea (c) da Cláusula 4.8.1, deverá ser constituída até a data de subscrição e integralização das Debêntures.

**4.8.2 Liberação Automática das Garantias:**

As Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1 serão liberadas ("Liberação das Garantias"), de forma a viabilizar a contratação e/ou o desembolso do Financiamento de Longo Prazo, conforme definido na Cláusula 4.10.1 abaixo, mediante solicitação da Emissora ao Agente Fiduciário, acompanhada de cópia de quaisquer dos seguintes documentos ("Solicitação de Liberação das Garantias"):

- (a) Cópia de documento emitido pelo BNDES referente ao enquadramento do Projeto, no qual consta a aprovação do financiamento do Projeto; ou
- (b) (i) *Term sheet* ou *Memorandum of Understanding* ("MOU") ou (ii) documento equivalente assinado entre a Emissora e instituição financeira de primeira linha (incluindo Caixa Econômica Federal ("CEF") ou fundo de investimento do FGTS - FI-FGTS ou qualquer outra) ou (iii) correspondência eletrônica enviada para a Emissora ou diretamente ao Agente Fiduciário de instituição financeira de primeira linha (incluindo CEF ou fundo de investimento do FGTS - FI-FGTS ou qualquer outra), que tenha por objeto definir os termos e condições que disciplinarão o contrato de Financiamento de Longo Prazo. No caso de envio da documentação descrita no item (iii) desta alínea (b), a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário tão logo disponível cópia dos documentos assinados descritos nos itens (i) ou (ii) desta alínea (b); ou
- (c) Ofício emitido pela CEF, em meio físico ou eletrônico, confirmando o enquadramento do Projeto para financiamento com recursos do Fundo de



Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por meio do Programa Saneamento para Todos.

4.8.2.1. As Emissora declara-se ciente e de acordo que o envio dos documentos previstos nas alíneas (a), (b) e (c) da cláusula 4.8.2 ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, exceto com relação (i) à obrigação do Agente Fiduciário emitir o termo de liberação das Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1; e (ii) a obrigação do Agente Fiduciário de celebrar o aditamento à Escritura de Emissão previsto na cláusula 4.8.3 abaixo.

4.8.3 Com o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias, conforme estabelecido na Cláusula 4.8.2 acima, as Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1 serão automaticamente liberadas, ficando o Agente Fiduciário obrigado a emitir o termo de liberação de garantias. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de com garantia real para da espécie quirografária, nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, devendo ainda proceder o registro do respectivo aditamento perante a JUCESP. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento e consequente Liberação das Garantias. A celebração do aditamento aqui previsto deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias.

4.8.3.1 Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, reconhecerão de forma irrevogável e irretratável os termos e condições relativos à Liberação Automática das Garantias, nos termos da presente Cláusula 4.8.2.

4.8.4 Suporte de Acionistas. Sem prejuízo das Garantias, as Acionistas celebrarão, antes da primeira integralização das Debêntures, com a interveniência-anuência da Emissora, um contrato de suporte de acionistas (“Contrato de Suporte”), por meio do qual haverá a obrigação de cada uma das Acionistas, de forma individual e não solidária, durante a vigência do Contrato do Contrato de Suporte, de aportar recursos financeiros na Emissora, na proporção de suas participações no capital social da Emissora, que forem necessários



para assegurar que a Emissora realize a quitação de todas as suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias da emissora, inclusive aquelas decorrentes das Debêntures. O Contrato de Suporte entrará em vigor e se tornará plenamente exequível e exigível de acordo com os seus termos: (i) a partir de 10 (dez) Dias Úteis antes da Data de Vencimento das Debêntures; ou (ii) caso, em até 90 (noventa) dias contados a partir da presente data, as Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1 não estejam devidamente constituídas e formalizadas nos termos da Cláusula 2.2 da Escritura de Emissão.

#### **4.9 Repactuação**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

#### **4.10 Resgate Antecipado Obrigatório**

4.10.1 A partir do 30º (trigésimo) dia contado da Data de Emissão e após a data do primeiro desembolso de qualquer financiamento de longo prazo para suportar os investimentos do Empreendimento, seja com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Caixa Econômica Federal ou de qualquer outra fonte suficiente para resgatar as Debêntures ("Financiamento de Longo Prazo"), a Emissora deverá obrigatoriamente utilizar a totalidade dos recursos recebidos em decorrência do Financiamento de Longo Prazo para resgatar a totalidade ou parte das Debêntures em Circulação ("Resgate Obrigatório"). A Emissora deverá promover o resgate antecipado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do primeiro desembolso do Financiamento de Longo Prazo, mediante os procedimentos indicados na Cláusula 4.11 abaixo. O resgate antecipado obrigatório será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório, sem pagamento de prêmio ou penalidade ("Resgate Antecipado Obrigatório").

4.10.2 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP.



#### 4.11 Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1 Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir do 30º (trigésimo) dia contado da Data de Emissão, e com aviso prévio aos Debenturistas (“Comunicação de Resgate”), ao Agente Fiduciário, ao Agente Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem o pagamento de qualquer prêmio ou penalidade.

4.11.2 A Comunicação de Resgate deverá ser publicada nos termos da Cláusula 4.7 acima, com 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento e constará, no mínimo, (a) a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será realizado de forma total ou parcial; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.11.3 A data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, a ser realizado em um Dia Útil.

4.11.4 Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo parcial adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, dispensado caso haja apenas um debenturista. A operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo parcial será realizada segundo os critérios da CETIP. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação do(s) titular(es) das Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

#### 4.12 Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da



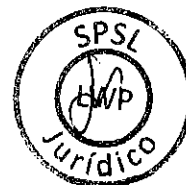
Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto nesta Cláusula 4.10 poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.10, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 - Eventos de Inadimplemento

5.1.1. Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento em 2 (dois) Dias Úteis pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento da Emissora”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (b) inadimplemento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de cura previsto no respectivo contrato, conforme aplicável;



- (c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, e/ou nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (d) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.2. acima;
- (e) não constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, por meio da celebração e devidos registros do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e no prazo de até 120 dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (f) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Suporte;
- (g) questionamento judicial da validade, executabilidade ou eficácia desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte, pela Emissora;
- (h) questionamento judicial da validade, executabilidade ou eficácia desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Suporte, por qualquer pessoa não mencionada no inciso (g) acima, não sanado de forma definitiva no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial, exceto se estiver sendo contestado pela Emissora de boa fé nas esferas judicial e/ou administrativa;
- (i) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Suporte e/ou das Debêntures, sem a anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;



(j) não atendimento, após decorridos os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Suporte, das obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores formalizados pelos Contratos de Garantia;

(k) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso (m) abaixo; (b) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora; (d) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo de 10 dias contados da citação; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

(l) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(m) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto:

- a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- b) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer controlada da Emissora ou de ações de emissão de qualquer controlada da Emissora; ou
- c) se realizada exclusivamente entre controladas da Emissora.

(n) redução de capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;





(o) mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) alterações ou transferências entre as Acionistas ou no âmbito dos grupos econômicos das Acionistas, desde que o controle acionário direta ou indireto da Emissora continue a ser exercido pelas atuais Acionistas;

(p) alteração material do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;

(q) cancelamento, revogação ou suspensão do Contrato de Concessão;

(r) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Suporte é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(s) não entregar ao Agente Fiduciário, quando obtidas, cópias das licenças de instalação do Empreendimento, válidas e vigentes, emitidas pelo órgão ambiental competente durante o período de vigência desta Emissão, nos termos do item "(c)" da alínea (i) da Cláusula 6.1. abaixo;

(t) contratação de novas dívidas pela Emissora, excetuado o Financiamento de Longo Prazo e demais hipóteses permitidas no item "(a)" da alínea "(i)" da Cláusula 6.1. da presente Escritura de Emissão;

(u) inadimplemento, pela Emissora (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas, sem a imediata comprovação do cumprimento da obrigação considerada inadimplida ou desde que não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;



(v) vencimento antecipado de obrigação financeira, da Emissora (ainda que na condição de garantidora), em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, sem a imediata comprovação do cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

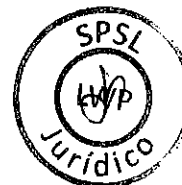
(w) protesto de títulos contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se não sanado no prazo 15 (quinze) dias contados da data do respectivo protesto ou (a) o respectivo protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o respectivo protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante do respectivo protestado foi devidamente quitado;

(x) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso acima do valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), contra a Emissora;

(y) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), acima do valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por operação, desde que não afete capacidade econômica da Emissora, exceto:

- a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios; ou
- b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em garantia ao Financiamento de Longo Prazo;

(z) constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das



expressões acima (“Ônus”) sobre ativo(s) da Emissora acima do valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por operação, exceto:

- a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- b) por Ônus existentes na Data de Emissão; ou
- c) por Ônus constituídos sobre ativo(s) da Emissora em garantia ao Financiamento de Longo Prazo;

(aa) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos, exceto aqueles que não afetem sua capacidade financeira; ou

(bb) distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros ou proventos aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou Contrato de Suporte, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão.

5.1.2. Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário também deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento em 2 (dois) Dias Úteis pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento dos Acionistas” e, em conjunto com as hipóteses de Evento de Inadimplemento da Emissora, doravante “Evento de Inadimplemento”):



- (a) inadimplemento, pelas Acionistas, de qualquer obrigação pecuniária prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (b) inadimplemento pelas Acionistas de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) não registro do Contrato de Suporte, nos termos e prazos previstos na presente Escritura de Emissão, exceto se tal obrigação for sanada no prazo 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- (d) não constituição da Alienação Fiduciária de Ações, por meio da celebração e devidos registros do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e no prazo de até 120 dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (e) invalidade, nulidade ou inexecutibilidade do Contrato de Suporte e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (f) questionamento judicial da validade, executibilidade ou eficácia da Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Suporte, pelas Acionistas e/ou por qualquer sociedade controlada das Acionistas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);
- (g) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pelas Acionistas de qualquer de suas obrigações nos termos do Contrato de Suporte e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (h) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas das Acionistas



em valor individual ou agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou sem equivalente em outras moedas, sem a devida contestação, comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida, desde que não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(i) (a) liquidação, dissolução ou extinção das Acionistas, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; (b) decretação de falência das Acionistas; (c) pedido de autofalência formulado pelas Acionistas; (d) pedido de falência das Acionistas, formulado por terceiros, não elidido no prazo de 10 dias contados da citação; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial das Acionistas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; e

(j) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pelas Acionistas no Contrato de Suporte e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas.

## **5.2 Vencimento Antecipado - Procedimentos Aplicáveis**

5.2.1 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



5.2.2 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e pelas Acionistas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.2.3 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias e/ou do Contrato de Suporte, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias e/ou do Contrato de Suporte, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora e/ou por qualquer das Acionistas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Suporte, em relação às obrigações decorrentes das Debêntures, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal Unitário Atualizado. A Emissora e as Acionistas permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Emissora e as Acionistas, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.







## CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 6.1 Obrigações Adicionais

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
- a) não contratar novos financiamentos sem a aprovação dos titulares das Debêntures, exceto com relação (a) ao Financiamento de Longo Prazo; (b) novos empréstimos sem garantia e subordinados às Debêntures, no montante de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (c) quaisquer financiamentos permitidos no âmbito do Contrato de Suporte;
  - b) aplicar os recursos oriundos da Emissão apenas em atividades no âmbito do Empreendimento para as quais possua autorizações e licenças ambientais, válidas e vigentes, emitidas pelo órgão competente, necessárias a sua regular implementação;
  - c) entregar ao agente fiduciário da Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis de sua obtenção, cópia das licenças de instalação do Empreendimento, válidas e vigentes, emitidas pelo órgão ambiental competente durante o período de vigência desta Emissão, a fim de que o Agente Fiduciário mantenha disponível tais documentos para os detentores das Debêntures;
  - d) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;



- e) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- f) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- g) manter os documentos mencionados na alínea (f) acima na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima, por um prazo de 3 (três) anos;
- h) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- i) divulgar na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
- j) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- k) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (f) e (g) acima;
- l) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 20 (vinte) Dias Úteis após a data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e

R



R



- e) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- f) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- g) manter os documentos mencionados na alínea (f) acima na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima, por um prazo de 3 (três) anos;
- h) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- i) divulgar na página na rede mundial de computadores indicada na cláusula 4.7 acima a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
- j) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- k) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (f) e (g) acima;
- l) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 20 (vinte) Dias Úteis após a data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*

SPSL  
CNPJ  
Jurídico

- m) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas/sócios da Emissora.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis.
- (iii) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP necessárias para a presente Emissão;
- (iv) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de tal fato;
- (vi) obter ou manter válidas e regulares, conforme o caso, as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças ou aprovações que estejam em processo de renovação ou sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé ou esteja tomando as medidas necessárias para a correção;
- (vii) não transferir (total ou parcialmente) o Contrato de Concessão ou qualquer de seus direitos ou obrigações, sem a prévia anuência do Poder Concedente e de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*

(viii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados, de boa fé, na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;

(ix) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

(x) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações e licenças exigíveis, incluindo as ambientais, para a exploração do Empreendimento;

(xi) manter o Contrato de Concessão e em vigor e cumprir pontualmente com todos os seus termos e condições;

(xii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, CETIP21);

(xiii) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item (xiii) da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Emissora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(xiv) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade,



imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar em 2 (dois) Dias Úteis por escrito tal fato aos ao Agente Fiduciário;

(xv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) parecer da auditoria externa; e (e) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;

(xvi) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP, em até 5 (cinco) dias corridos contados da respectiva data de registro na JUCESP; e

(xvii) não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social.

## CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante, nesta data, que:

(i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão



obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições;

(iv) a celebração desta Escritura de Emissão, emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;

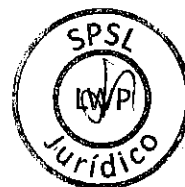
(v) exceto pela aprovação pelo Poder Concedente (a qual foi obtida antes da integralização das Debêntures), nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão;

(vi) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e do Contrato de Suporte, bem como o cumprimento das obrigações relativas à Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(vii) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(viii) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;

(ix) nem a Emissora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora e seus ativos;



(x) não tem conhecimento de ter causado ou permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, que resulte ou possa resultar e afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;

(xi) no seu melhor conhecimento está em cumprimento com as leis e regulamentos (inclusive ambientais) a ela aplicáveis, exceto: (a) por aquelas cujo descumprimento resulte ou possa resultar e afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas; ou (b) aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;

(xii) as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais estão válidas ou em processo de renovação ou obtenção, conforme o caso, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé; e

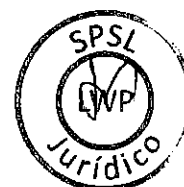
(xiii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

7.2 A Emissora compromete-se a notificar no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data de ciência da Emissora, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **8.1 Nomeação do Agente Fiduciário**

8.1.1 A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.



## 8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;



- (x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (xii) aceita a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário não identificou que presta serviços de agente fiduciário às empresas do grupo da Emissora.

### **8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário**

8.3.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.2 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcela única no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo devida até o 20º (vigésimo) dia após a data de assinatura da presente Escritura.

8.3.2.1 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.





8.3.2.2 A parcela citada nos item acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.3.2.3 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.3.2.4 A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

#### **8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário**

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na



administração dos seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias e do Contrato de Suporte, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(ix) solicitar, quando estritamente necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;



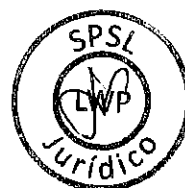
(x) solicitar, quando houver algum fato relevante, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;

(xi) convocar, quando necessário, a Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;

(xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;



h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e

i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.

(xiv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) na sede do Agente Fiduciário;
- c) na CETIP;
- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador Líder.

(xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e



todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente;

(xx) coordenar os sorteios das Debêntures a serem resgatadas parcialmente. e

(xxi) disponibilizar, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora.

8.4.2 O Agente Fiduciário poderá usar de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora observadas as condições das Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;

(ii) executar as Garantias e o Contrato de Suporte, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;

(iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e

(iv) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial



e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.4.3 O Agente Fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 8.4.2 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo). Na hipótese da alínea (iv), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.6 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



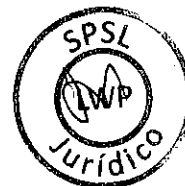
8.4.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

## **8.5 Substituição do Agente Fiduciário**

8.5.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição, sendo certo que a remuneração devida será calculada *pro rata temporis*.

8.5.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.5.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



8.5.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.5.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

8.5.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

8.5.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## **CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

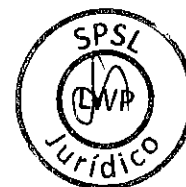
### **9.1 Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas**

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.1.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) ou pela CVM.

9.1.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.1.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta





Escritura de Emissão, ou outro veículo de grande circulação nas quais a Emissora costuma publicar seus atos, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

## **9.2 Quora de Instalação e Deliberação**

9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.2.3 Para todos os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



9.2.6 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.2.7 Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.2.8 As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a data de pagamento da Remuneração das Debêntures; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 5.1 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (vi) Garantias; (vii) Contrato de Suporte; ou (viii) modificação dos *quora* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 9.2.

9.2.9 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.2.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

## CLÁUSULA 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1 Renúncia

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, para qualquer dos subscritores desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ou à Emissora, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou do Agente Fiduciário e dos Debenturistas, respectivamente, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

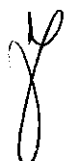
## 10.2 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.8.1 e do Contrato de Suporte previsto na Cláusula 4.8.4, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

## 10.3 Comunicações

10.3.1 As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

<u>Para a Emissora</u>	<b>Sistema Produtor São Lourenço S.A.</b> Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 11º andar, Conjunto C, Jardim Paulistano CEP 01452-001, São Paulo – SP At.: Roberto Carlos Deutsch Telefone: (11) 2787-4184 E-mail: roberto.deutsch@spsl.eco.br
------------------------	--



<p><u>Para o Agente Fiduciário</u></p>	<p><b>Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários</b>  Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514,  Barra da Tijuca  CEP 22640-102 – Rio de Janeiro - RJ  Tel.: (21) 3385-4565  Fax: (21) 3385-4046  At.: Sra. Natalia Machado Loureiro / Sr. Marco Aurélio  Ferreira / Srta. Marcelle Motta Santoro  E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br</p>
<p><u>Para a CETIP</u></p>	<p><b>Cetip S.A. – Mercados Organizados</b>  Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim  Paulistano  CEP 01452-001 - São Paulo – SP  Tel.: (11) 3111-1596  Fax: (11) 3111-1564  At.: Gerência de Valores Mobiliários  E-mail: gr.debentures@cetip.com.br</p>
<p><u>Para o Banco Liquidante</u></p>	<p><b>Banco Bradesco S.A.</b>  Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo  administrativo denominado “Cidade de Deus” s/nº.,  Prédio Amarelo, Vila Yara  At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo  Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852  Fax: (11) 3684-2714  E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br /  4010.tomo@bradesco.com.br</p>

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten mark]*

<p><u>Para o Escriturador</u> <u>Mandatário</u></p>	<p><b>Bancó Bradesco S.A.</b> Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus” s/nº., Prédio Amarelo, Vila Yara At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852 Fax: (11) 3684-2714 E-mail: <a href="mailto:4010jbsouza@bradesco.com.br">4010jbsouza@bradesco.com.br</a> / <a href="mailto:4010.tomo@bradesco.com.br">4010.tomo@bradesco.com.br</a></p>
---	---

10.3.2 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

10.3.3 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

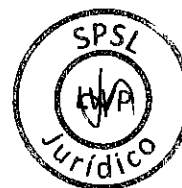
#### 10.4 Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 10.5 Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.

#### 10.6 Disposições Finais


10.6.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as partes por si e por seus sucessores.

10.6.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6.3 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 03 de abril de 2014.

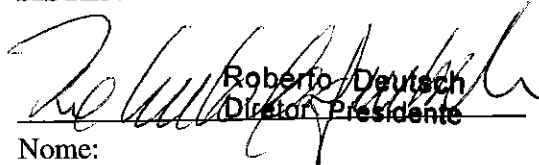
*(assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)*



(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª  
(PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,  
EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA EM  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.)

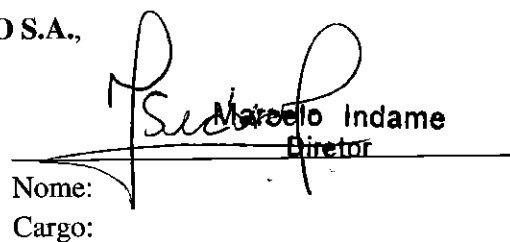
Pela Emissora:

**SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.,**

  
Roberto Deutsch  
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

  
Marcelo Indame  
Diretor

Nome:

Cargo:

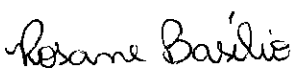




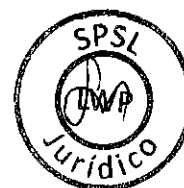
(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.)

Pelo Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60


8



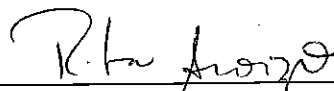


(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.)

Testemunhas:



Nome: Celia Regina Botnik de Azevedo  
RG: 41.970.089-9

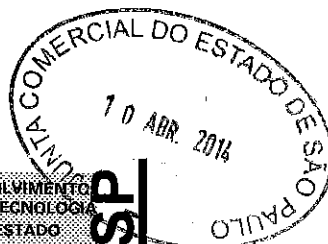


Nome: **Rita Scorzo**  
RG: **RG. 19.144.022-X**  
CPF: **104.407.778-60**



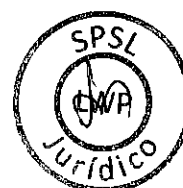
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBÊNTURE  
CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO ED001394-8/000  
GISELA SIMEIRA CESCHIN  
SECRETÁRIA GERAL

**ED001394-8/000**



**JUCESP**







## **ANEXO I**

### **MINUTA DE ADITAMENTO DE CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA**

**MODELO DE [●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

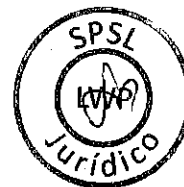
**SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 11º andar, Conjunto C, Jardim Paulistano, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 18.580.161/0001-67, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures desta emissão ("Debenturistas"),

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "[●] *Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real a ser Convolada para Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sistema Produtor São Lourenço S.A.*" ("Aditamento"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

#### **CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES**



1.1. Os termos aqui empregados em maiúsculo que não estejam definidos neste Aditamento terão o significado a eles atribuídos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real a ser Convolada para Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sistema Produtor São Lourenço S.A." ("Escritura de Emissão"), exceto se de outra forma definidos no presente Aditamento.

## CLÁUSULA 2 - AUTORIZAÇÃO

2.1. O presente Aditamento é celebrado nos termos da Cláusula 4.8.3 da Escritura de Emissão, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de assembleia extraordinária da Emissora para sua realização.

## CLÁUSULA 3 - AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

3.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor.

## CLÁUSULA 4 - ALTERAÇÕES

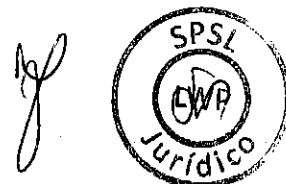
4.1. O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de espécie com garantia real para espécie quirografária, em decorrência da ocorrência da Liberação das Garantias, nos termos da Cláusula 4.8.2 da Escritura de Emissão.

4.2. Para tanto, resolvem as Partes realizar as seguintes alterações:

4.2.1. Alterar o nome da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A."*

4.2.2. Alterar a cláusula 1 – Autorização da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:



Q

*"Esta escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), Cessão Fiduciária de Diretos Emergentes e a Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira (conforme abaixo definido) são celebradas de acordo com a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 03 de abril de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A outorga da Alienação Fiduciária das Ações da Emissora e a celebração do Contrato de Suporte, nos termos da Cláusula 4.8 abaixo, serão aprovadas pelos diretores da Construtora Andrade Gutierrez S.A. ("AG" e "Aprovação da AG", respectivamente) e pela Reunião do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Camargo Corrêa" e "RCA da Camargo Corrêa" respectivamente, e, em conjunto com a Aprovação da AG "Aprovação das Acionistas", respectivamente)."*

4.2.3. Alterar a cláusula 4.1.5 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária."*

4.2.4. Alterar a cláusula 4.8.3 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Com o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias, conforme estabelecido na Cláusula 4.8.2 acima, as Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1 foram liberadas, ficando o Agente Fiduciário obrigado a tomar todas as medidas necessárias para tanto. A Emissora e o Agente Fiduciário celebraram em [●] de [●] de 2014 aditamento à presente Escritura de Emissão para formalizar a convolação da espécie com garantia real para espécie quirografária, nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, devendo ainda proceder o registro do respectivo aditamento perante a JUCESP. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento e consequente Liberação das Garantias. A celebração do aditamento aqui previsto ocorreu em até 10 (dez) Dias*



*Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias."*

4.2.4. Em decorrência da Liberação das Garantias, fica obrigado o Agente Fiduciário a praticar todos e quaisquer atos necessários para a realização da liberação das Garantias descritas nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.8.1 da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a realizar qualquer procedimento necessário junto aos cartórios de títulos e documentos nos quais o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes foram registrados.

#### **CLÁUSULA 5 - RATIFICAÇÕES**

5.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

#### **CLÁUSULA 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e o Agente Fiduciário por si e seus sucessores.

6.2. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas deste Aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, a Emissora e o Agente Fiduciário celebram este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, [●] de [●] de 2014.

*(assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)*

